



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As Políticas Agrárias do Partido dos Trabalhadores: Avanços e Desafios de 2003-2006

Jady Alves Cardoso Brasil

Vinícius Antônio de Moraes

Jadybrasil@outlook.com

Viniciusmoraes11@live.com

Universidade Federal de Uberlândia

Brasil

Resumo

A concentração fundiária é uma questão histórica no Brasil. As capitâneas hereditárias, primeiras formas de distribuição de terra no país, se originaram a partir da política de incentivo à colonização em 1536. Trazia várias preocupações, dentre elas, a disputa pela afirmação do reino português frente a outros Estados europeus que reivindicavam o direito de domínio sobre a região.

Desde então não houve grandes mudanças até meados dos anos 1850 com a Lei de Terras, a qual acabou por acirrar o conflito entre latifundiários e excluir as camadas populares da regulamentação de terras. Na segunda metade do século XX, surgem as Ligas Camponesas, que podem ser consideradas o embrião dos atuais movimentos sociais de luta pela terra. Assim como ocorreu em toda a América Latina, o Brasil também foi palco de uma ditadura militar que perdurou 21 anos com rígidas represálias aos movimentos populares, ditos subversivos.

No final dos anos 1980, as ações do período militar levaram o país à instabilidade econômica, déficit fiscal e uma inflação de 40% ao ano, combinação explosiva, resultando em descontentamento e reações populares, em especial dos trabalhadores do ABC paulista. Insatisfeitos promoveram greves nas quais reivindicavam aumento real de salários e direito à greve. Neste contexto, concomitante à redemocratização, surge o Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), erguendo as bandeiras contra as desigualdades sociais. Embora o PT tivesse suas bases sociais, sobretudo entre setores urbanos, e o MST aglutinava-se em setores



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

rurais, a sua principal demanda, a reforma agrária, foi incorporada ao programa do PT, concretizando-se assim uma aliança que embora perdure até os dias atuais, revela importantes contradições.

O presente artigo tem como tema a política agrária do Partido dos Trabalhadores durante o primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006). Entende-se que neste período afloram problemas e contradições vinculados à questão agrária. A trajetória do PT, até alcançar a presidência, foi marcada por propostas reformistas e revolucionárias, as quais, com o tempo, foram perdendo sua força e pureza ideológica. No governo federal, o PT passa a implementar políticas macroeconômicas desenvolvimentistas mas que não romperam totalmente com o projeto idealizado pelo antecessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Frente a este redirecionamento de propostas o PT reconhece a necessidade de se integrar ao jogo político institucional. Tendo que governar por meio de alianças e coalizões, o partido renunciou parte de suas propostas originais, como a reforma agrária idealizada na campanha de 1989. Ademais como a política macroeconômica teve como um dos seus principais eixos o incremento da produção e exportação agrícola, o setor do agronegócio expande seu poder não apenas econômico, mas se reorganiza politicamente.

Abstract

The earth concentration in Brazil is a huge problem. From the beginning of the earth division at the colonization period, was privileged the dominant groups. This reality was not different in the distribution in the Brazilian Republic. That structure was kept, creating very concentrated regions. Thereat, riots and fights in the field became more blanket. Ensign of this struggle was the Workers Party, created in 1979, with radical proposals. Running the presidency for the first time in 1989, the Workers Party kept with its land reform flag between its peasant voters. However, on the electoral camping of 2002, the speech changed. It's fair in these temporal changes that paper came with its due, watch the realizations and preclusion of the land reform.

Introdução

Não obstante, a relação agrária no Brasil foi pautada por violência e descaso das autoridades. Exemplos desta disputa histórica, em meados de 1950, foi o caso dos camponeses da Liga Gali-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

leia, no estado de Pernambuco, grande exemplo de insatisfação, reivindicação e luta judiciária entre o lado do trabalhador e latifundiário. É interessante ressaltar que até meados da década de 1960, a palavra reforma agrária, era inexistente no vocabulário da política institucional brasileira.

Com a relativa perda de força da ditadura militar na década de 1970, abriu-se lugar a processos de lutar pelo direito a terra em várias regiões do país. Estas mobilizações camponesas se apresentaram com características díspares ao que já se conhecia à época, ao que deu surgimento ao MST, trazendo novas reivindicações, novas formas de negociação e outras alianças, caso do Partido dos Trabalhadores. Esta aliança promoveu ao partido força e visibilidade em sua gênese (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 12 -35).

O artigo aborda, então, a questão agrária, agrícola e os pontos intrínsecos da concentração de terra que perpetuam esta relação de desigualdade no campo em correlação com o Partido dos Trabalhadores. A partir disso faremos uma análise do discurso e da agenda política do PT nos anos 1980 em comparação ao início dos anos 2000.

I. Luta histórica pela terra.

Dentre todos os casos que poderiam ser citados ocorre um em especial que merece maior atenção, o caso da Liga Camponesa da Galileia organizada no município Vitória de Santo Antão, PE. Surge como uma comunidade com o intuito de fundar uma escola primária para alfabetização. Com o tempo as pautas de reivindicação passaram a objetivar crédito para manutenção da terra (JULIÃO, 1962, p. 24).

Com o passar do tempo a Liga começou a debater sobre a melhor forma de lutar pela sua permanência na terra contra o feudalismo brasileiro, vindo a provocar a insatisfação dos grandes latifundiários de toda região (SILVA, 1981, p.12). Considerando o descaso a nível federal em torno das reivindicações, o presidente João Goulart, coloca em pauta pela primeira vez, as questões agrárias de modo incisivo. Consequência desta atenção, e demandas dos camponeses, o presidente criou por meio de decreto no bojo das Reformas de Base, o SUPR. Mesmo levando em consideração outros motivos, o SUPRA foi o estopim para a insatisfação dos setores conservadores, representados



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

no Congresso Nacional, o que levou a resultar no golpe 1964, (MELITO, 2015). Na intenção de tranquilizar a opinião pública o governo do general Castelo Branco cria o Estatuto da Terra, um dos objetivos era promover o desenvolvimento da agricultura brasileira, em estado de real atraso (BRASIL, 1964). Entretanto, a reforma agrária foi deixada de lado, dando ênfase a modernização do campo (BRASIL, 1985).

Um dos efeitos da modernização parcial foi à sazonalidade do trabalhador agrícola. Trata-se de um dos fatores que provocou o fenômeno do êxodo rural, onde os trabalhadores rurais migraram para os grandes centros urbanos objetivando melhores condições de vida. Segundo dados do IBGE, na década de 1970 ocorreu o maior êxodo rural, que atingiu cerca de 17,4 milhões de pessoas, 42% da população que vivia nas zonas rurais nesse período (RAMOS, 2013, p. 92). Prova desta política de modernização agrícola foi o Programa de Integração Nacional, na década de 1970, cujo lema era: “integrar para não entregar”. Desta forma, seu principal foco era a colonização e integração das regiões norte e centro-oeste, até então pouco povoadas, ao sudeste (SILVA, 1981, p. 30). Esta política agrária aumentou o processo de concentração fundiária, acompanhada de uma rápida expansão da fronteira agrícola. Esta expansão agrícola se dividiu em duas vertentes: frente de expansão e frente pioneira (RESK, 2016).

No ano de 1977, já observando a insatisfação popular e a revolta dos trabalhadores, o governo militar torna ainda mais rígido o controle sobre o sistema partidário e eleitoral. Uma das ferramentas utilizadas pelo governo militar, visto a impopularidade, para tornar ainda mais concentrado o quadro do processo eleitoral, foi o Pacote de Abril no mesmo ano. Este enrijecimento foi um dos motivos que levou à deflagração no país de greves gerais de vasta proporção, as quais ganhavam força concomitantemente à perda de espaço e legitimidade do governo ditatorial frente aos movimentos sociais (MENEGUELLO, 1986, p. 22).

Segundo Duverger, os partidos de esquerda são partidos de massa os quais possuem algumas características gerais. Há partidos de origem externa, que surgiram de grupos sociais da sociedade fora do lócus institucional tradicional, mais precisamente do parlamento. Outra característica é o doutrinário, que diz respeito à participação ativa dos membros dentro do partido pautada pela



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

disciplina. Seguindo esta ótica teórica, o Partido dos Trabalhadores se enquadra nesta definição, posto que seu nascimento esteja intimamente relacionado ao fenômeno do novo sindicalismo, surgido no ABC Paulista (MENEGUELLO, 1989, p. 32-33).

Esse novo modelo de representação sindical diferenciava-se, em alguns aspectos, do tradicional modelo de sindicato burocrático estatal, cujas ações eram estritamente atreladas ao Estado. O novo sindicalismo prezava por sua autonomia sindical nas negociações com os empregadores. Salientamos a participação de outros setores da sociedade, caso da CEBs: Comunidades Eclesiais de Base, ala progressista da igreja católica vinculada ao movimento da Teologia da Libertação, alguns intelectuais da academia brasileira junto a outros movimentos sociais urbanos, lutando pelas causas das mulheres e negros (MENEGUELLO, 1989, p. 58).

“De outro lado, a solidificação da proposta petista em São Paulo, teve origem num rol de fatores específicos”. A existência de certos sujeitos políticos e sua mobilização em torno de uma fórmula representativa comum é o cerne dessa questão. Grosso modo, cinco elementos compõem esse rol de fatores:

1. A concentração em São Paulo das lideranças do novo sindicalismo, encabeçadas por Lula;
2. A aproximação de políticos do MDB paulista marginalizados pelas lideranças de seu partido após as eleições de 1978;
3. O engajamento de quadros intelectuais no debate sobre a reorganização partidária;
4. O apoio das organizações de esquerda na formação do partido, apesar da inexistência de afinidade ideológica da maioria dos fundadores do PT (MENEGUELLO, 1989, p. 58).

O destaque do jovem partido apresentava-se na base de sua formação, advindo de movimentos de base, como os grevistas, e sua característica horizontal entre seus membros. A idealização do partido centrava-se na representação de classe junto aos trabalhadores, em especial do ABC Paulista. Assim como os demais partidos existentes, o PT também possuía pautas específicas assim como público específico de defesa. Dessa forma o partido, de modo dito aqui, almejava defender



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

interesses dos trabalhadores e população de baixo poder econômico. Na visão petista, estes interesses não estavam sendo atendidos pelo governo eleito (MENEGUELLO, 1989, p. 106-118).

A partir deste breve histórico sobre o cenário brasileiro dos anos 1960 a 1980 retomamos nosso objetivo, a reforma agrária, que, na verdade, esteve ausente todo esse tempo. O Partido dos Trabalhadores, dentre todas suas propostas, trouxe consigo assuntos até então considerados polêmicos na história política brasileira, especificamente a questão da reforma agrária no Brasil (MENEGUELLO, 1989, p. 112).

Na trajetória das disputas eleitorais, para o executivo, há perceptíveis mudanças nos Programas de Ação do Governo (PAGs). Analisando o Programa de 1989, primeiro ano de disputa presidencial, é possível observar algumas alterações nas propostas. Naquele ano foi proposta uma reforma agrária extrema que incluía a revisão da Constituição no item que assegura a impossibilidade de desapropriação de propriedades produtivas. Debaixo do guarda-chuva destas propostas, o Programa de 1989 ainda incluía a proposta de desapropriação, sem indenizações financeiras, das terras de latifundiários que tivessem cometido crimes contra camponeses, tal como as terras de grandes produtores que mantinham trabalho escravo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 11).

“A reforma que o PT defende, deverá ser realizada sob o controle dos trabalhadores”. [...] Para essa questão, as propostas do PAG apresentam duas formas de enfrentamento:

1. Revisão da Constituição Federal, na parte que declara a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação. [...].
2. Independentemente de qualquer revisão da atual Constituição ou da legislação ordinária parâmetros: a) Desapropriação de imóveis rurais improdutivos [...]. b) Pagamento das indenizações em Títulos da Dívida Agrária [...]. c) Arrecadação, sem indenização, das terras pertencentes às empresas multinacionais [...]” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 10).

Já no Programa de 2002 as propostas tiveram um caráter mais geral, com apresentação de propostas menos extremistas no que diz respeito à reforma agrária. Desse modo pode-se reconhecer que as propostas de política agrária davam maior atenção ao crédito fundiário, em especial à agri-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

cultura familiar, além de propor uma reforma em conformidade com a Constituição vigente. É admissível, pois, afirmar que no ano de 2002 o foco do Programa guinava em outra direção, na medida em que a atenção estava voltada para uma política comercial. Além disso, na carta ao povo brasileiro, redigida por Luiz Inácio Lula da Silva pouco antes das eleições, ficam evidentes os sinais da ambígua política que o PT iria optar na condução do País (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 22).

Com essa postura observamos o caráter geral das medidas propostas pelo PT, vemos que os pontos de abordagem possuem foco na estruturação de recursos para as famílias já assentadas, com expansão do crédito, financiamento e comercialização. Destarte, concluímos uma mudança de estratégia no que diz respeito à reforma agrária, guinando em uma direção de melhorar a condição produtiva, entretanto, não é mencionado nenhuma das medidas de desapropriação privada, de outro modo, propõe uma distribuição de terra pelo, “excedentes de arrecadação gerados no processo de retomada do desenvolvimento”, (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 22).

As análises foram feitas a partir de documentos originais do PT e artigos sobre sua trajetória, além de estudos realizados sobre o MST e bancada ruralista.

II. Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no início da década do novo milênio. Entre seus Planos, presumia-se a promoção de uma reforma agrária concisa muito além dos projetos realizados por governos anteriores.

Em novembro de 2003 durante o evento da Conferência da Terra realizada no Distrito Federal, foi apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Entre as novidades do II PNRA, destaca-se a aplicação de programas específicos baseados nas características intrínsecas de cada região. Suas ações partem do pressuposto de que as políticas para estrutura fundiária no Brasil foram omissas, pois predominaram assentamentos isolados, sem que fossem criadas condições apropriadas para produção e comercialização, sendo isso uma contradição



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

com as propostas de estruturação do crédito do PAG de 2002. Ademais, uma das explicações para sua pouca efetividade era o passivo ambiental, produtivo e social (II PNRA, 2007, p. 8).

Por muito tempo acreditou-se que a concentração de terra e a pobreza seriam um movimento natural no processo de urbanização e modernização, e concomitantemente a agricultura familiar foi apreendida como ineficaz e inviável além da impossibilidade do emprego de tecnologia. Contudo, as pesquisas mostraram que essa crença está um tanto quanto equivocada, na medida em que a agricultura familiar no Brasil corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos - 81% do total -, ocupando 77% da força de trabalho no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos da reforma agrária, por cerca de 38% do valor bruto da produção agropecuária, 30% pela área total na produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população (II PNRA, 2007, p.13). Este cenário evidencia que, apesar da escassez de crédito e investimento, a agricultura familiar tinha um expressivo desempenho produtivo, sem contar que ela fomenta uma distribuição equânime do território devido a sua capacidade multifuncional aliado à pluriatividade que impulsiona economicamente.

Para efetivação da reforma agrária seria necessário à extinção de propriedades improdutivas. Um dispositivo a ser usado para a obtenção de terras destinada a assentamento é a desapropriação por interesse social, acrescentada pela compra/venda por meio do decreto 433, alocação de terras públicas, aquisição de terras devolutas e demais formas de aquisição como, por exemplo, devedores. A previsão do plano era de 71% da consecução dessas terras exigiram grande dispêndio financeiro da União e 29% proveria de terras com finalidade públicas (II PRNA, 2007, p.19).

Entre as medidas propostas: rever os coeficientes de nível de aproveitamento trabalhista e ambiental, remodelar os índices de improdutividade de possíveis terras suscetíveis de desapropriação, reciclagem das normas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A finalidade era acelerar processos de obtenção de terras, instalação de assentamentos, prescrever a competência da União entre os Estados e Municípios acerca de ações discriminatórias - ações exclusivas dos entes da federação no que diz respeito a promover a separação e identificação de terras devolutas, das terras de propriedade privada, delimitadas e tituladas pelo domínio público. Como foi dito anteriormente havia grande expectativa em torno destas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

medidas, pois a maioria das propostas dependia de aprovação do Congresso Nacional para sua efetivação (II PRNA, 2007, p.37).

III Estrutura partidária, problemas históricos.

Muito controvertidos foram os dois primeiros mandatos petistas. Até aqui debatemos sobre as dificuldades de uma reforma agrária de grande porte no Brasil, seguiremos discutindo sobre as duas forças, MST e bancada ruralista, as quais trabalham em prol de suas ambições na questão agrária. Desta forma, é impossível tratar da reforma agrária sem narrar a fundamental participação do MST - Movimento Sem Terra -, do mesmo modo que é raso tratar do MST sem mencionar a reforma agrária. O MST é, e foi, força fundamental nas mudanças que ocorreram no campo nas últimas décadas desde seus primeiros movimentos em meados de 1970, - concomitantemente às mobilizações pela redemocratização. No campo ressurgiu os movimentos de reivindicação pelo direito à terra, majoritariamente capitaneadas pelas CPTs (Comissão da Pastoral da Terra). Esses movimentos surgiram com uma forma nova de lutar pela reforma agrária, porém de uma maneira nunca antes vista, essas novas mobilizações camponesas foram similares ao surgimento do fenômeno do novo sindicalismo, a partir do dinamismo dos trabalhadores rurais. Nesse contexto o MST foi fundado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel - PR, a partir de ações de camponeses que se contrapunham a mecanização desenfreada no campo, ações como essa eram vistas como uma contribuição para eliminação de pequenos e médios agricultores. Ergueu-se uma nova roupagem no que diz respeito à luta pela reforma agrária (STEDILE; FERNANDES, 1999 p. 12 -35).

O grupo segue um caminho menos diplomático e mais belicoso, sendo característico desde o início da história do movimento o uso da força para conseguir a consolidação de seus projetos ou, no mínimo, visibilidade. Essas ações podem ser explicadas pela sua orientação Marxista, ações pautadas nas práxis revolucionária. O latifundiário era e ainda é, visto como o principal adversário nesta luta, um dos maiores aliados que eles conseguiam ter em suas mãos, foi o uso da radicalidade em suas práticas públicas deixando explícito pelo o que lutavam e contra quem lutavam. Essas intervenções do movimento de certo modo atinge algum de seus objetivos, dado que na sociedade em geral se observa certo nível de opinião sobre as ações do grupo, estando contra ou a favor



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

das medidas radicais (CALDAT, 2001). Por ser um grupo não compactuante às táticas do jogo formal político-institucional e devido a suas ações enérgicas, o MST não é visto com bons olhos pela sociedade em geral. Isso reflete na forma como os grandes veículos de comunicação noticiam o movimento que na maioria das vezes é definido como uma associação criminosa.

Nossa segunda força no jogo político da reforma agrária é a bancada ruralista, cuja seu surgimento remonta ao final dos anos 1980, com a UDR (União Democrática Ruralista) no intuito de barrar qualquer pauta referente à reforma agrária na constituinte de 1987/88 e desmobilizar ocupações de terra. No início a bancada era constituída, majoritariamente, por pecuaristas que além de atuarem no congresso ainda incentivaram ações violentas às ocupações de terra e devido a esse caráter descomedido o grupo tinha dificuldade em mobilizar parlamentares. Neste momento a representação ruralista chegava a, no máximo, vinte parlamentares, número considerado baixo conflitado ao total de parlamentares da casa. Entretanto, foi na legislatura de 1995 e 1999 que a bancada atingiu seu auge, 117 membros (VIGNA, 2001).

É relevante sublinhar, a bancada não envolve somente seus membros declarados. Existe uma relação entre os membros simpatizantes, quando em momento oportuno, participam das votações defendendo os interesses ruralistas e ainda, possui os demais parlamentares contribuindo discretamente por motivos de jogos políticos ou de defesa partidária não fazendo manifestação pública de seus projetos de apoio fora dos momentos de votação. A força desta bancada é observada claramente em momentos de votações relevantes, é comum a mobilização do dobro de seus membros em defesa de seus interesses, a maioria de seus parlamentares se concentra nos partidos de orientação liberal conservadora como DEM, PP, PSDB, PP e no idiossincrático PMDB (VIGNA, 2001).

Esta mobilização da bancada pode talvez não ser uma extrema ameaça à democracia brasileira, mas põe em evidência a fragilidade do sistema eleitoral, no qual grupos de interesse utilizam de partidos políticos para realizar seus interesses particulares ao passo que os interesses referente a toda sociedade (políticas públicas sociais) ficam à margem. Esses grupos de interesses, no caso da bancada ruralista, conseguem se estruturar e mobilizar votos, já que a maioria de seus membros possui elevado poder aquisitivo. Destarte, tem a capacidade de adquirir grandes veículos de comu-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nicação e utilizam canais como: Terra Viva e Canal do Boi, ademais recorrem ao lobby e investimentos travestidos em doações para campanhas eleitorais. Este cenário chama ainda mais atenção quando destacamos os partidos de legenda, os quais, por definição, acabam por serem mais flexíveis nas suas filiações ideológicas. Na campanha de 2006, por exemplo, quando se exigiu fidelidade partidária verificou-se uma brusca queda dos representantes ruralistas em números quantitativos, sendo que, se no ano de 2003 a representação foi de 89 parlamentares, na eleição de 2006 esse número teve uma queda acentuada para 73 parlamentares. É interessante destacar que quando se efetiva uma fiscalização eleitoral jurídica no frágil sistema eleitoral e partidário ocorre uma mudança relevante no número de representações (BANCADA, 2007, p.8).

Este cenário de queda na representação do setor ruralista não se perpetuou ao longo dos anos, dado que em 2007, haviam retomado seu padrão anterior com apenas um parlamentar de diferença, sendo 117 nos primeiros anos de sua formação, 1995/99, retomando sua força representativa, entre 2007/2011, com 116 parlamentares.

Uma hipótese relevante sobre o porquê deste retorno maciço em tão pouco tempo foi levantado pelo instituto INSC, sendo o fator de relevância sido o momento de representatividade nacional. No ano de 2002, quando foi eleito presidente, um destacado militante nas questões agrárias, Luís Inácio Lula da Silva, se alastra uma euforia entre pequenos proprietários, que viam naquele presidente a possibilidade iminente de mudança. Deste modo ampla parcela dos eleitores que ansiavam por mudanças no setor agrário se sentiram mais encorajados a votar em candidatos com visão mais progressista, impulsionando o momento de queda das representações da bancada. De acordo com a hipótese do INSC é possível verificar outra causa que levaram a retomada do elevado número de representações da bancada, fundamentalmente o ceticismo dos eleitores guiados pela falta de efetividade do presidente revolucionário que prometera mudanças profundas no campo da reforma agrária e, até aquele momento, nada de concreto havia sido feito, estimulando a descrença do voto em candidatos mais progressistas (SILVA, 2010).

Explanado estas questões é de grande importância salientar a maneira de comportamento dos agentes no embate político. Temos clara a contraposição de ideias e interesses em todas as



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

discussões envolvendo assuntos agrário, não tão somente a reforma agrária para o MST e bancada ruralista, mas também na escolha de métodos e recursos usados no campo, os quais podem favorecer um dos atores em detrimento de seu oponente. Em vista disto a bancada ruralista identificou, em 2003, um momento oportuno para aferir sua influência quando na votação da medida provisória para colheita da safra de soja plantada ilegalmente com sementes transgênicas contrabandeadas da Argentina desde 1998, no qual manipularam a votação a seu favor. Após aliança entre estado do Rio Grande do Sul, Monsanto e agricultores, a articulação da bancada ruralista foi fortalecida dentro da Câmara dos Deputados. Reconhecendo sua influência na aprovação de projetos, leis e medidas, a bancada investiu na aprovação, não só em comercializar a safra plantada, como também na licença para plantio das sementes em estoque sob o argumento de ausência de sementes normatizadas no mercado. A tentativa obteve sucesso, aprovada ainda no mesmo ano, para safras 2004/5 (GREENPEACE, 2005).

Diferente da expectativa do MST e ONG's ambientais, o governo Lula cedeu a pressões da bancada ruralista. João Pedro Stédile, representante do MST no III Fórum Social Mundial na Visão do MST, afirma que o que ocorreu na aprovação da MP 113 foi uma tentativa das multinacionais, apoiadas pela bancada ruralista, de controlar o mercado de sementes. O MST reconhecia a tentativa de comercialização das sementes como ato anticonstitucional, degradante ao meio ambiente e, possivelmente, a saúde humana. O movimento nega a alegação das sementes serem mais produtivas e nem mesmo mais rentáveis, por outro lado as mesmas sementes produzem grandes estragos no meio ambiente, como, por exemplo, danificação do solo e uso abusivo de água. Para Marina dos Santos, também representante do MST à Inesc, fala não ter ocorrido reforma agrária no governo petista, mas na verdade retrocessos, haja vista a permanência da ausência do Estado na democratização da terra para o camponês, de desapropriações latifundiárias e garantias econômicas e sociais que garantam o sucesso dos assentamentos passados e futuros (MAGRISSE, 2003; LAMBRA-NHO, 2006; METODISTA, 2015).

É importante observar o reconhecimento do MST quanto à mudança da agenda petista em relação à reforma agrária, tema que como discutido anteriormente, permeou todas as discussões



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

centrais em projetos de campanha desde 1989. No entanto, a questão agrária ocupa pouca ou nenhuma importância na agenda do governo petista, esse cenário pode ser interpretado de diversas formas, porém destaca aos olhos do observador a adesão de Lula as tramitações e coalizões políticas em parceria a sua base de apoio, sem romper com as diretrizes econômicas e agrárias (FERNANDES, 2003).

Deste modo é notória a relevância dos interesses pertinentes à bancada ruralista nas pautas referentes ao agronegócio, gozando de destaque na agenda governamental, caso das sementes transgênicas de uso já aprovado. Com essas relações de poder definidas, a mudança foi clara e drástica, o governo que deveria ser conciliador entre estas divergências assumiu caráter sectário, e o lado não foi do pequeno camponês ou sem terra, muito ao contrário, a realidade observada era a decisão de governar por meio de parcerias com a base aliada, os quais vários integrantes do partido eram membros declarados da bancada ruralista. Exemplo comum de influência ruralista é o deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), é um claro exemplo de liderança dentro da bancada ruralista, no qual procura manter em oculto todo e qualquer assunto referente à reforma agrária e ainda, coordena as negociações da dívida agrária junto ao governo. É clara a coalizão petista com as forças dominantes, cedendo ao jogo político inerente a qualquer discussão na aprovação de leis, medidas e projetos (INESC, 2007).

A ruptura ao discurso tradicional do PT foi marcante aos membros do movimento MST, mais uma vez na história brasileira o problema agrário se perpetuava sem grandes alterações, a estrutura do latifúndio concentrado continua bastante parecida às capitânicas hereditárias no Brasil colônia. É rentável continuarmos levantando a hipótese geral que norteou este artigo, a questão na qual nos leva a crer a impraticabilidade da efetividade da reforma agrária aos moldes tradicionais no nosso país, não somente no período de governo PT, mas como todos os outros que colocaram à mesa esta pauta, o jogo político, sistema eleitoral e a mobilização intensa de interesses contrários são alguns dos empecilhos intransponíveis em propostas e reivindicações agrárias.

A princípio, quando Jango propôs a reforma agrária o foco, mais uma vez, era de forma bem geral, desapropriação das terras que não estavam cumprindo sua função social devidamente,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

para que isto fosse efetivado a solução prevista era realizar uma distribuição mais igualitária das terras em desarmonia com os princípios do Estado, como já comentado na primeira seção. Deste modo, já era de se esperar e como já foi exposto, que teria grande desagrado dos latifundiários de todo o país representados pela bancada. O PT reconheceu a impossibilidade da neutralidade do jogo vigente no sistema partidário brasileiro. Nesta estrutura de poder, com negociações de votos, não é, e não será, possível investimentos em reforma agrária clássica, a fim de praticar a intervenção pública em terras privadas, estes interesses mantêm-se resguardados pela bancada ruralista e pelas negociações políticas, às quais o PT aderiu para se manter no governo.

Considerações Finais.

Ao longo de todo o artigo buscamos apresentar panorama geral da questão agrária no Brasil, mostrando suas dificuldades históricas, juntamente com seus personagens principais. É clara a disputa diária entre as forças atuantes nesta luta, mostramos a influência do latifúndio, as desvantagens do camponês e trabalhador rural, além do partidarismo dos governos nacionais atuantes ao longo de toda a história brasileira. É notória a desproporção de apoio no embate entre militante da reforma agrária, MST, e representantes ruralistas no congresso federal, UDR. Fugindo ao escopo dos conflitos políticos, os quais impossibilitaram a efetivação da reforma agrária, é de fundamental importância trazer outras variáveis, ainda que de forma sucinta sobre as impossibilidades da reforma agrária por outras dimensões, como por exemplo, os dispêndios econômicos para sua implementação.

O subsídio foi, e é, ferramenta de grande importância para auxílio do pequeno agricultor, entretanto é preciso conciliar a boa estratégia, sendo que o subsídio como auxílio central é uma armadilha da qual o governo pode se ver preso. Causa dessa dependência é o desconhecimento específico do assentado quanto às características da terra e otimização da produção, se fazendo assim dependente do subsídio (REZENDE, 1999, p. 18)''.

Já Roberto Rodrigues, ex- ministro da agricultura no primeiro mandato de Lula, defende o recurso de subsídios aos assentados, faz ainda comparação com os mecanismos usados na França para amparado dos mesmos. Nas palavras de Rodrigues:



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“O pequeno produtor familiar europeu, hoje, não é um produtor. Na verdade é um tomador de subsídios. [...] Por que há subsídios? Porque os agricultores são bonitinhos? Não. Os governos, representando a sociedade de cada país, partem da premissa que só há equilíbrio social e garantia de segurança alimentar se os agricultores tiverem renda” (MOREIRA, 2016).

O Partido dos Trabalhadores que sempre fora visto com uma figura destoante na história do cenário da política brasileira e, por isso, atraiu para si a esperança dos setores menos favorecidos na pirâmide social que clamavam por rupturas profundas na estrutura social. No fim, ao menos no que diz respeito, a tão sonhada reforma agrária radical ficou apenas no plano das ideias, ou seja, sonho nostálgico de uma época em que o PT ainda era o PT.

Referências Bibliográficas:

BANCADA Ruralista: O Maior Grupo de Interesse no Congresso Nacional. O Maior Grupo de Interesse no Congresso Nacional. 12. ed. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2007. 16 p. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjf0s6X9IDRAhVEFpAKHbsDDV0QFggfMAA&url=http://www.inesc.org.br/artigos/ARTIGO%20BANCADA%20RURALISTA%202007.pdf/at_download/file&usg=AFQjCNGDwUuBeUZDLAVgcHpy21V3905QOA&sig2=JWiqXoZPiQTApIqHY5jCXA>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Disponível em: <http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BRASIL (Estado). Constituição (1946). Lei nº 4.504, de 30 de setembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Casa Civil**: Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 08 abr. 2017..

BRASIL (Estado). Constituição (1981). Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981. Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais. **Casa Civil**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 10 dez. 1981. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6969.htm>. Acesso em: 08 abr. 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

BRASIL (Estado). Constituição (1967). Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. **Aprova O Plano Nacional de Reforma Agrária - Pnra, E, da Outras Providências.** Brasília, DF, 10 out. 1985. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=106707&norma=129768>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

CALDART, Roseli Salette. O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social Como Princípio Educativo. **Estudos Avançados**, Paraná, v. 43, n. 15, p.207-224, out. 2001. Mensal. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em: 19 out. 2016.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves da. **A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional.** 2012. 324 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08012013-143125/pt-br.php>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

DATERRA e do Território no Império Português: Donatários. Donatários. [201-]. Disponível em: <<https://edittip.net/2014/02/04/donatarios/>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

DOSSIÊ TRABALHO, CRISE E GOLPE NO BRASIL: Os Governos do PT e os Descaminhos Com a Questão Agrária no Brasil: Contribuições para um Dialogo Polêmico, Necessário e Imprescindível à Classe Trabalhadora. São Paulo: Unesp, v. 17, n. 1, jul. 2016. Revista Pegada. Disponível em:

<revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/4467/3449>. Acesso em: 14 abr. 2017.

II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Brasília: Versal Multimídia, 2007. 38 p. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PERSEU ABRAMO (São Paulo) (Org.). **Homenagem a Wilson Pinheiro (1933-1980).** 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/homenagem-wilson-pinheiro-1933-1980>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

JULIÃO, Francisco. **Que São as Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 1 v. (Cadernos do Povo Brasileiro).

MELITO, Leandro. **Há 50 Anos, Jango Defendia Reformas em Comício na Central do Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/ha-50-anos-jango-defendia-reformas-em-comicio-na-central-do-brasil>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

MENEGUELLO, Rachel. **PT A Formação de Um Partido 1979-1982.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 228 p.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MOREIRA, Saulo (Ed.). **Especialista em Agricultura Explica Diferença entre Brasil e França.** Disponível em:

<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2016/08/21/especialista-em-agricultura-explica-diferenca-entre-brasil-e-franca-249405.php>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MOTTA, Marly. **Pacote de Abril.** [200-]. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

ORWELL, George. **Revolução dos Bichos.** 2000. Disponível em:
<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/animaisf.pdf>>. Acesso em: 06 maio. 2017

PARTIDO DOS TRABALHADORES (Brasil). **As Bases do PAG: Plano de Ação de Governo.** São Paulo, 1989. 23 p. Disponível em:
<<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/asbasesdopag.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (Brasil). **Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente: Um Brasil para Todos.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 73 p. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

PENA, Rodolfo Alves (Ed.). **Fronteira Agrícola no Brasil.** [2015]. Disponível em:
<<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/fronteira-agricola-no-brasil.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

RAMOS, Pedro. A Evolução da Agropecuária Brasileira Após a Redemocratização (1985-2010): O Predomínio do Latifúndio Exportador e a Importância da Agricultura Família. In: MIELITZ, Carlos (Org.). **Desenvolvimento Agrícola e Questão Agrária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 81-114.

RESK, Sucena Shkrada. **Xingu: Um Paraíso Sob Ameaça.** Disponível em:
<<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/19/artigo134622-1.asp>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

SANTOS, Ediraldo. **As Políticas Agrárias dos Partidos dos Trabalhadores.** São Paulo, p.01-19 2013. Disponível em:
<<http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%202.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2016.

SILVA, José Graziano da. **Os Desafios das Agriculturas Brasileiras.** 2010. Disponível em:
<<http://waltersorrentino.com.br/wp-content/uploads/2012/01/graziano-desafios-agricultura1.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

SILVA, José Graziano da. **Questão Agrária.** 4. ed. Campinas - São Paulo: Brasiliense, 1981. 45 p. (O Que É).

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: Um Relato A Partir da Memória dos Seus Protagonistas. **Ruris,** Campinas - São Paulo, v. 5, n. 1, p.83-117, 2011. Semestral. Disponível em:
<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/962/697>>. Acesso em 08/04/2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VECINA, Cecília Cruz. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: Uma Análise para Além do Aparente. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...**. Uberlândia: Edufu, 2012. p. 01 - 20. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1367_1.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2016.

VIGNA, Eldélcio. Bancada Ruralista: Um Grupo de Interesse. **Argumento** 8, Brasília, v. 8, n. 1, p.01-52, 2001. Mensal. Disponível em: <<file:///C:/Users/SALA%20DE%20ESTUDO/Desktop/ARGUMENTO%2008.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

KHAIR, Amir. **Um Novo Tripé**. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,um-novo-tripe-imp,-948709>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

GREENPEACE (São Paulo) (Org.). **O Contexto Político dos Transgênicos no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2007/8/greenpeacebr_050430_transgenicos_documento_contexto_politico_port_v1.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2017.

MAGRISSE, Larissa. **O III Fórum Social Mundial na Visão do MST**. 2003. Disponível em: <https://resistir.info/brasil/stedile_15jan03.html>. Acesso em: 06 abr. 2017.

LAMBRANHO, Lúcio. **Para Marina dos Santos, do MST, Prioridade do Governo é Promover o Agronegócio dos Grandes Proprietários Ruralistas**. 2006. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/junho-2007/201cpara-mst-nao-existe-reforma-agraria-no-governo-lula201d>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

INESC (Brasília). **Bancada Ruralista: O Maior Grupo de Interesse no Congresso Nacional**. 2007. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO_BANCADA_RURALISTA_2007.pdf/view>. Acesso em: 06 abr. 2017.

METODISTA (São Paulo). **Expectativa de Movimentos Sociais com Governo Lula foi Frustrada**. 2015. Disponível em: <<http://portal.metodista.br/nfc/noticias/expectativa-de-movimentos-sociais-com-governo-lula-foi-frustrada>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M.. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. **Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, v. 0, n. 648, p.01-17, maio 1999. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0648.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

REIS, Thiago; RAMALHO, Renan. **Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

UMBELINO, Ariovaldo. **A regularização fundiária da MP 458 é a contra-reforma agrária do governo Lula.** Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/6728>>. Acesso em: 14 abr. 2017.